

# **Patrimônio imaterial e suas descaracterizações: um estudo sobre a imagética do Ofício das baianas de acarajé na Bahia (2005 – 2020).**

**Palavras-Chave: Patrimônio, Identidades, Visualidades.**

**Autores/as:**

**Tabatha Rodrigues de Lima - UNICAMP**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Aline Vieira de Carvalho - UNICAMP**

---

## **Introdução:**

O Ofício das baianas de acarajé foi tombado como bem cultural de natureza imaterial no ano de 2005 e incluído no Livro dos Saberes conforme o Decreto n.º 3.551 e o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI). Segundo a Unesco, na Convenção de Salvaguarda<sup>1</sup> que ocorreu em Paris no ano de 2003, um patrimônio imaterial é definido pelas:

(...) práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (UNESCO, 2003, p 3).

Assim, se um patrimônio imaterial se dá através de práticas e conhecimentos, pode-se dizer que essas manifestações estão explicitadas no Ofício das baianas de acarajé através da imagética da baiana - bata, saiote, torço e fio de conta -, na organização do tabuleiro, na preparação tradicional do acarajé, isto é, o bolinho de feijão-fradinho frito no azeite de dendê que acompanha caruru, vatapá e camarão, e também na sua historicidade e fundamentação junto ao candomblé.

Segundo a fala da socióloga Vilma Reis no documentário “Àkàrà no fogo da intolerância”, a venda de quitutes pelas negras de tabuleiro se inicia no século XVIII com os pagamentos dos jornais quando o comércio era realizado por escravas ou para o próprio sustento quando libertas ou alforriadas.

Entretanto, a venda do acarajé, só ocorre mediante a feitura dessas mulheres no terreiro de candomblé, onde elas participariam de um rito para o orixá Oyá, e seriam direcionadas pelo Ialorixá

---

<sup>1</sup> UNESCO. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Organização das Nações Unidas: Paris, 2003.

ou Babalorixá<sup>2</sup> à venda do acarajé em um ponto previamente determinado por esta autoridade. Por isso, a fundamentação da prática da produção do acarajé é fortemente influenciada pela religião de matriz africana, tal como à imagética perpetuada até a contemporaneidade.

Contudo, é também intrínseco ao patrimônio imaterial a sua vulnerabilidade à criatividade humana, dado que está disposto a novos atores e reinterpretações a todo tempo. Logo, a sua manutenção e salvaguarda se mantém em constante conflito com as remodelações sociais, buscando ora a modernização, ora as práticas tradicionais que atuaram como geratriz deste bem cultural e por fim, a conciliação dessas forças atuantes com a preservação do título de patrimônio.

Atualmente, no Brasil, o órgão responsável institucionalmente pela identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção de um bem imaterial é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que junto a Associação de Baianas de Acarajé e Mingau em Salvador buscam formas de lidar com as novas descaracterizações deste patrimônio.

Com o surgimento e ascensão do pentecostalismo e neopentecostalismo, o significado simbólico do acarajé - vinculado ao candomblé - e as vestes de baianas são demonizados e ressignificados pelos novos atores que reivindicam o comércio do quitute sem as suas características culturais. Isto é, comercializam o acarajé com a adoção do nome “Bolinho de Jesus” e muitas vezes buscam se dissociar do arquétipo de um tabuleiro ou da indumentária, como saiote, rendas, colares ou torços. A problemática se dá, principalmente, porque ainda são, majoritariamente, mulheres pretas, que assim como na origem da prática, assumem o próprio sustento e de suas famílias. Bem como, receberam o conhecimento da feitura e comercialização do acarajé através das mães ou avós e reclamam a continuidade da prática como uma herança, ainda que não se identifiquem com a religião.

## **Metodologia:**

Esta pesquisa foi iniciada em abril de 2021, e, até o mês em que este resumo está sendo escrito, contou com 4 meses de incentivo pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do CNPq junto a Unicamp.

Dado as circunstâncias da pesquisa, em cenário pandêmico e ao seu curto período de desenvolvimento, foi priorizada uma metodologia de leitura e levantamento bibliográfico que permitisse a identificação e definição dos principais conceitos acerca do patrimônio imaterial e do Ofício como um bem já tombado. Para isso, utilizaram-se principalmente os documentos disponibilizados pelo IPHAN, tais como:

- Decreto n.º 3.551, de 4 de agosto de 2000. Que estipula o PNPI e o registro dos bens culturais de natureza imaterial nos Livros de Registro. Tal como, o intervalo de 10 anos para a reverificação do bem como ainda condizente ao seu tombamento.
- Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Produzido pela UNESCO que define e cria políticas para a identificação, manutenção e salvaguarda de bens imateriais no âmbito internacional.

---

<sup>2</sup> Respectivamente, mãe de santo ou pai de santo.

- Dossiê 6 - Ofício das Baianas de Acarajé. Produzido pelo IPHAN no ano de 2007, afim de cumprir com as determinações da Convenção da Unesco e propor a salvaguarda através da divulgação e disseminação do conhecimento sobre o patrimônio.

Assim como, a análise de artigos e documentários que dialogassem com as questões, referidas na introdução, acerca do Ofício das Baianas de Acarajé, sendo eles:

- Souza, D. 'Tem, tem, a baianinha tem?': patrimônio cultural do Brasil. Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH. 2012.
- Lima, A. Patrimônio Cultural Afro-brasileiro: narrativas produzidas pelo Iphan a partir da ação patrimonial. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2012.
- ÀKÀRÀ no fogo da intolerância. Direção de Cláudia Chavez. São Paulo: Apus - Produtora de Conteúdo Audiovisual. 2020.

A partir dessas leituras, criou-se uma estrutura de abordagem da temática e de análises das imagens propagadas pelo IPHAN, esmiuçada no projeto já submetido e contemplado pelo PIBIC de 2022, onde pretende-se buscar formas de salvaguardar o Ofício diante do cenário de desmonte e crescente obscurantismos e preconceito às culturalidades populares.

## **Resultados e discussão:**

Dada as leituras efetuadas durante o desenvolvimento da pesquisa é possível notar as disputas narrativas acerca do Ofício das Baianas de Acarajé. Enquanto o movimento do IPHAN e dos órgãos comprometidos com a caracterização do patrimônio buscam formas de salvaguardar o bem cultural com suas práticas e conhecimentos mais tradicionais - muitas vezes sem um amparo jurídico. Os movimentos de instituições religiosas pentecostais e neopentecostal, avançam em ações obscurantistas de calúnia e violência, ou reivindicações, apropriações e ressignificações.

Uma grande problemática é o entendimento popular que se tem daquilo que é Cultura, e conseqüentemente, neste caso, das práticas do Ofício. Também, é reforçado por políticas cada vez mais massacrantes com as minorias, que perpetuam preconceitos, desinformações e acirra ainda mais a disputa por territórios e narrativas.

Um bem cultural assentado, majoritariamente, no protagonismo feminino, preto, periférico e de religião de matriz africana, é alvo de infinitos ataques de intolerância e violência. Dado a imaterialidade do bem é comum a problemática de ressignificações e remodelações, Contudo, o nível de descaracterização atuante neste Ofício em específico, demonstra que a política vigente, a ideologia estrutural brasileira ainda é a de desafricanização das práticas deste patrimônio

Por isso, e sabendo que essa pesquisa ainda poderá se desenvolver através do PIBIC por mais um ano, busca-se agora discutir a delimitação do cultural e das práticas sociais envolvidas na cultura, para enfim chegar a alternativas de solução concreta quanto a conservação e perpetuação do Ofício, desde o âmbito legislativo e jurídico, como uma possível criminalização de dano ao patrimônio em circunstância de descaracterizações que deslegitimem o tombamento, até a divulgação e conciliação do que é aceitável e modificável em um bem cultural imaterial.

## Conclusões

Esse título veio para nós em 2005, apesar que fico um pouco com pé atrás porque a gente esperava outra coisa, nós achávamos que a gente teria segurança, que o governo Federal, que o Iphan teria um maior cuidado com as baianas e com esse Ofício, mas na realidade não foi isso que aconteceu. A gente pede socorro e eles não estão prontos pra nos socorrer porque eles não sabem como fazer, então em parte foi um pouco decepcionante. (SANTOS, doc. Àkàrà, 18:40)

A fala de Rita Santos, presidente da ABAM exprime uma insatisfação com as medidas de salvaguarda e/ou manutenção adotada pelo Iphan, quando o Ofício se encontra em situação de vulnerabilidade. Contudo, o debate sobre o que deve ser realizado para a manutenção das características que dão fundamentação ao patrimônio é muito controverso, inclusive entre as baianas.

No mesmo documentário “Àkàrà no fogo da intolerância”, em que a fala da Rita se mostra crítica ao funcionalismo do tombamento, outras baianas se pronunciam quanto aos benefícios deste mesmo processo, outras ainda propõe possíveis soluções, como: a criminalização da deturpação do patrimônio, a supressão de atores descaracterizantes e até mesmo a elaboração de receitas similares com o uso de nomes diferentes para a comercialização.

Como dito as disputas de narrativa perpassam pelo significado do patrimônio ao nível individual e nacional, contudo é de primordial importância entender esses fenômenos de descaracterização em conjunto com as novas práticas e políticas sociais atuantes no país, de modo a alcançar métodos funcionais de salvaguarda dos bens culturais. Cabe lembrar, que a salvaguarda do Ofício está relacionada à importância de se manter aquilo que é identitário a um povo ou nação, a sua historicidade, aos seus saberes, heranças.

## Bibliografia:

- ARANTES, A. O patrimônio imaterial e a sustentabilidade de sua salvaguarda. Revista da Cultura. v. 7, p. 9-14, 2004.
- BO, João Batista Lanari. Proteção do patrimônio na UNESCO: ações e significados. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.
- BRASIL. Ministério da Cultura. IPHAN. Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Preservação do patrimônio cultural nos centros históricos - Série Preservação e Desenvolvimento. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2008.
- FIGUEIREDO, Luciano R. de Almeida & MAGALDI, Ana Maria B. de Mello, Quitandas e quitutes. Um estudo sobre rebeldia e transgressões femininas numa sociedade colonial, Cadernos de Pesquisa / Fundação Carlos Chagas, v.54: p. 177-86, ago.1985.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra C. A.; RAMBELLI, Gilson. Patrimônio cultural e ambiental: questões legais e conceituais. São Paulo: Annablume, 2010.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- IPHAN/Ministério da Cultura. O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. (org.) SANT'ANNA, Márcia G. de. 4ª ed. Brasília, 2006.
- LODY, R. Santo também come: estudo sociocultural da alimentação cerimonial em terreiros afro-brasileiros. Rio de Janeiro: Artenova; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

- PARÉS, Luis Nicolau. A formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- RODRIGUES, Raimundo Nina. Os africanos no Brasil. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1976.
- SOARES, Cecília Moreira. As Ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador do século XIX. Afro-Ásia, UFBA, n. 17, 1996, p. 57-71.
- UNESCO. Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. In: IPHAN Cartas Patrimoniais. Brasília: IPHAN, 1995.
- UNESCO. Patrimônio Mundial no Brasil. Brasília: Unesco, Caixa Econômica Federal, 2004.
- ZACHARIAS, J. J. M.. Ori Axé, a dimensão arquetípica dos orixás. São Paulo - SP: Editora Vetor, 1998.